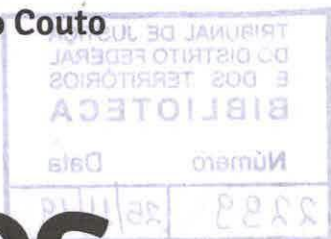


Alexandre Chini • Alexandre Flexa • Ana Paula Couto •  
Felipe Borrying Rocha • Marco Couto



# JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

Leis 9.099/1995 comentada

Apresentação  
Joaquim Domingos de Almeida Neto

Prefácio  
Antônio Saldanha Palheiro

2ª edição

Revista, ampliada  
e atualizada

Felipe Borrying Rocha

2019

 EDITORA  
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS  
BIBLIOTECA

Número Data

2299 25/11/19



EDITORA  
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

C539j Chini, Alexandre.

Juizados especiais cíveis e criminais / Alexandre Chini, Alexandre Flexa, Ana Paula Couto, Felipe Borring Rocha, Marco Couto – 2. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

560 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2801-2.

1. Juizados especiais cíveis. 2. Juizados Especiais Criminais. I. Chini, Alexandre. II. Flexa, Alexandre. III. Couto, Ana Paula. IV. Rocha, Felipe Borring. V. Couto, Marco. VI. Título.

CDD 341.41926

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

seus conhecimentos. A obra representa uma importante ferramenta sobre tão intrínseca e importante sistema de solução cível e ética do conflito e é de essencial leitura por todos aqueles que atuam na área.

## PREFÁCIO

Antônio Salgado Palheiro

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

A criação dos Juizados Especiais representou uma verdadeira revolução no sistema jurisdicional brasileiro, liberando-o das amarras formais e conservadoras do processo tradicional para facilitar a celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

Promulgada em setembro de 1995, a Lei 9.099 criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e estabeleceu princípios de oralidade, simplicidade, informalidade e economia processual, com o objetivo de tornar o processo mais rápido e efetivo. Ela foi a precursora do movimento de incentivo à conciliação e mediação, que hoje é importante instrumento em todas as esferas do Direito e essencial à solução pacífica do conflito. A Lei nº 9.099/1995 também representou um grande facilitador ao amplo acesso à Justiça por todos os níveis da população ao dispensar a presença do advogado em causas inferiores a 20 salários mínimos e ao deixar de exigir o prévio pagamento de custas e taxa para o processo.

A obra que aqui tenho a honra de prefaciá-la tem por intenção ajudar os diversos operadores do Direito na aplicação da Lei nº 9.099/1995, indicando, de forma clara e precisa, a base histórica e doutrinária de cada artigo, além da exposição das questões controvertidas que os envolvem.

Os comentários à Lei nº 9.099/1995 apresentados pelos juristas que escreveram o livro e que atuam diretamente na aplicação da norma muito auxiliarão os atores do processo na busca de soluções práticas para as situações do dia a dia, além de aprimorar as discussões sobre os diversos aspectos que envolvem a norma. Acadêmicos, advogados e juizes, cada qual com a sua distinta experiência no sistema de juizados especiais, trazem em suas colocações abordagens e angústias próprias daqueles que conhecem profundamente o tema e buscam soluções para as inusitadas situações que não apenas estudaram, como viveram concretamente.

Nesse contexto, o livro tem o escopo de reunir os mais diversos personagens jurídicos para uma reflexão conjunta a respeito da Lei nº 9.099/1995, de forma a levar o operador do Direito a refletir e aprimorar

seus conhecimentos. A obra representa uma importante ferramenta sobre tão intrigante e importante sistema de solução célere e eficaz do conflito e é de essencial leitura por todos aqueles que atuam na área.

PREFÁCIO

**Antônio Saldanha Palheiro**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

A criação dos Juizados Especiais representa uma verdadeira revolução no sistema jurisdicional brasileiro, liberando-o das amarras formais e conservadoras do processo tradicional para facilitar a celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

Promulgada em setembro de 1995, a Lei nº 9.099 criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e estabeleceu princípios de oralidade, simplicidade, informalidade e economia processual, com o objetivo de tornar o processo mais rápido e efetivo. Ela foi a precursora do movimento de incentivo à conciliação e mediação, que hoje é importante instrumento em todas as esferas do Direito e essencial à solução pacífica do conflito. A Lei nº 9.099/1995 também representa um grande facilitador ao amplo acesso à justiça por todos os níveis da população ao dispensar a presença do advogado em causas inferiores a 20 salários mínimos e ao deixar de exigir o prévio pagamento de custas e taxa para o processo.

A obra que aqui tenho a honra de prefaciar tem por intenção ajudar os diversos operadores do Direito na aplicação da Lei nº 9.099/1995, ficando de forma clara e precisa, a base histórica e doutrinária de cada artigo, além da exposição das questões controvertidas que os envolvem.

Os comentários à Lei nº 9.099/1995 apresentados pelos juristas que escreveram o livro e que atuam diretamente na aplicação da norma muito auxiliarão os atores do processo na busca de soluções práticas para as situações do dia a dia, além de aprimorar as discussões sobre os diversos aspectos que envolvem a norma. Acadêmicos, advogados e juizes, cada qual com a sua distinta expertise no sistema de Juizados Especiais, trazem em suas colocações abordagens e angústias próprias daqueles que conhecem profundamente o tema e buscam soluções para as inusitadas situações que não apenas estudaram, como viveriam concretamente.

Nesse contexto, o livro tem o escopo de reunir os mais diversos personagens jurídicos para uma reflexão conjunta a respeito da Lei nº 9.099/1995, de forma a levar o operador do Direito a refletir e aprimorar